



FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DIDÁTICA: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 COMO CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Bento Moreira Dias¹¹

RESUMO

Este trabalho analisa a formação de professores como elemento fundamental para a efetiva implantação da Lei nº 10.639/03 nas escolas públicas, tomando como referência a Escola Municipal Joaquim Alves de Oliveira, situada em Livramento de Nossa Senhora (BA), e o produto educacional derivado da pesquisa de mestrado. A investigação, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, buscou compreender as tensões, práticas e limites que permeiam o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no cotidiano escolar. O estudo identificou que, embora existam avanços legais, persistem práticas eurocêntricas e lacunas na formação docente. O curso de formação continuada desenvolvido — “Formação Docente: como trabalhar a Lei nº 10.639/03 na escola” — revelou-se uma estratégia potente para promover práticas pedagógicas antirracistas, fortalecendo a valorização das identidades negras e quilombolas e o protagonismo docente. A experiência formativa ampliou o conhecimento dos professores sobre a legislação, incentivou o uso de metodologias ativas e promoveu a integração entre escola e comunidade. Conclui-se que a formação docente crítica e contextualizada constitui um caminho essencial para o desenvolvimento de uma educação democrática, plural e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Formação de professores; Didática; Lei nº 10.639/03; Educação antirracista; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 10.639/03 representou um marco na luta por uma educação antirracista no Brasil, ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em todas as etapas da Educação Básica. No entanto, sua efetiva implementação enfrenta resistências que se expressam na permanência de currículos eurocentrados, na ausência de materiais didáticos adequados e na carência de formação específica para os professores. A pesquisa de mestrado que embasa este trabalho, intitulada “*Lei 10.639/03: implantação, tensões e práticas na Escola Municipal Joaquim Alves de Oliveira*”, teve como foco compreender essas tensões e investigar como a formação docente pode contribuir para superá-las. O contexto da pesquisa é uma escola localizada em território quilombola, onde a diversidade cultural é um componente identitário essencial, mas ainda pouco explorado no currículo. A relevância do estudo reside na defesa de uma didática decolonial, capaz de articular

¹¹ Graduado em História pela Unopar – PR. Mestre em Ensino pelo PPGELS – UNEB – BA. E-mail: bentodias1@yahoo.com.br.





teoria e prática e transformar o cotidiano escolar em um espaço de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial.

METODOLOGIA

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo. O locus do estudo foi a Escola Municipal Joaquim Alves de Oliveira, em Livramento de Nossa Senhora (BA). Participaram oito professores do Ensino Fundamental. A coleta de dados envolveu observações, análise documental (PPP, BNCC, DCRB e legislações pertinentes) e entrevistas semiestruturadas. O estudo também compreendeu a aplicação de um curso de formação continuada, configurado como produto educacional, organizado em quatro módulos: (1) Marco legal e político da Lei 10.639/03; (2) História e Cultura Afro-Brasileira; (3) Prática pedagógica e currículo; e (4) Produção de materiais e compartilhamento de experiências. O curso, realizado em parceria com a UNEB e a Secretaria Municipal de Educação, teve carga horária de 60 horas e utilizou metodologias ativas (roda de conversa, oficinas e projetos interdisciplinares) para favorecer o diálogo entre saberes locais e práticas docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelaram que a principal barreira à efetivação da Lei nº 10.639/03 nas escolas é a ausência de uma formação docente específica e contínua voltada às relações étnico-raciais. A maior parte dos professores participantes afirmou não ter recebido, durante a formação inicial, subsídios teóricos e metodológicos suficientes para tratar da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira de forma crítica. Essa lacuna formativa tem contribuído para o predomínio de práticas pedagógicas eurocêntricas, reforçando silenciamentos e invisibilidades no currículo. Tal cenário confirma o que apontam Gomes (2018) e Quijano (2005), ao indicarem que a colonialidade do saber ainda estrutura as práticas escolares e limita a construção de uma educação verdadeiramente democrática e plural.

Com a realização do curso de formação continuada — estruturado em módulos que abordaram aspectos legais, históricos, culturais e pedagógicos — os docentes ampliaram sua compreensão sobre a legislação e suas implicações didáticas. Os relatos e observações evidenciaram maior sensibilidade em relação à presença das comunidades quilombolas no território e a necessidade de incorporar essas referências culturais ao currículo escolar. Houve, ainda, um movimento de resignificação das práticas docentes, com o uso mais intencional de metodologias ativas, rodas de conversa e projetos interdisciplinares. Essas estratégias





favoreceram o diálogo entre saberes, a valorização da cultura afro-brasileira e o fortalecimento do protagonismo estudantil, aproximando o ensino da realidade sociocultural dos alunos.

Por fim, a formação docente mostrou-se um espaço potente de reflexão crítica e de reconstrução das práticas pedagógicas. O curso contribuiu para romper o silenciamento curricular e fomentar o debate sobre o papel social da escola no enfrentamento do racismo institucional. A partir das discussões e produções coletivas, observou-se o início de um processo de revisão do Projeto Político-Pedagógico da escola, visando adequá-lo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Dialogando com Freire (1987), compreende-se que a educação emancipadora nasce da práxis transformadora, na qual teoria e prática se entrelaçam para promover consciência crítica e mudança social. Assim, os resultados indicam que investir em formações contextualizadas e de caráter emancipatório é um passo essencial para consolidar uma didática antirracista nas escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a formação docente é o principal caminho para a efetiva implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas. O produto educacional desenvolvido demonstrou potencial para transformar a prática pedagógica e fortalecer o compromisso dos professores com uma educação antirracista. As atividades formativas possibilitaram a construção de um novo olhar sobre a didática e o papel social da escola, reafirmando o valor das culturas afro-brasileiras e quilombolas no processo educativo. Conclui-se que investir em formações continuadas contextualizadas, articuladas à realidade das escolas públicas e às especificidades territoriais, é condição essencial para promover a equidade racial e garantir uma educação de qualidade social. Recomenda-se a ampliação da proposta para outros municípios e a continuidade de estudos sobre os impactos da formação na prática docente e no currículo escolar.

REFERÊNCIAS





BATISTA, Marcos Alves; GOMES, V. P. C.; ARAÚJO, Ginaldo Cardoso. *A formação continuada de professores sob o olhar das políticas públicas educacionais*. In: Willian Douglas Guilherme, Andrelize Schabo Ferreira de Assis, Roger Goulart Mello. (Org.). Educação e políticas públicas [livro eletrônico]: a escola como centro formador do sujeito social. 1ed. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022, v. 2, p. 331-343.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino; BRANDÃO, Ana Paula . *Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.69/03* - Cadernos de Atividades, saberes e fazeres, n. 04, A Cor da Cultura. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático).

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade Étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27, p. 109-121, 2011.

GOMES, Nilma Lino. *Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça*. Educação & Sociedade (Impresso), v. 33, p. 727-744, 2012.

GOMES, NILMA LINO; RODRIGUES, TATIANE COSENTINO. *Resistência Democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988*. Educação & Sociedade (Impresso), v. 39, p. 928-945, 2018.

Mignolo, Walter D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires. 2005.

